

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social

Sub-eixo: Questão Urbana

SERVIÇO SOCIAL E A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA

JOANA VALENTE SANTANA ¹

ISABELLA SANTOS CORRÊA ²

JOICY HELENA DA COSTA PANTOJA ³

LEONARDO COSTA MIRANDA ⁴

RITA DE CÁSSIA BARBOSA DOS SANTOS ⁵

Resumo:

O presente artigo busca debater a questão habitacional na Região Norte e os desafios colocados aos profissionais de Serviço Social. Orientado pelo materialismo histórico e dialético, o artigo discute a questão da habitação com base em autores clássicos e contemporâneos alinhados à tradição marxista, e apresenta dados relativos à questão da habitação coletados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Fundação João Pinheiro (FJP). A discussão realizada e os dados analisados evidenciaram a particularidade da questão da habitação na região Norte, expressos nos altos índices de déficit habitacional, precariedade habitacional, não acesso ao saneamento básico, etc., conformando enormes desafios para o Serviço Social.

Palavras-chave: Habitação. Serviço Social. Amazônia.

Abstract:

This article seeks to discuss the housing issue in the Northern Region and the challenges faced by Social Service professionals. Guided by historical and dialectical materialism, the article discusses the housing issue based on classical and contemporary authors aligned with the Marxist tradition, and presents data related to the housing

¹ Universidade Federal do Pará

² Universidade Federal do Pará

³ Universidade Federal do Pará

⁴ Universidade Federal do Pará

⁵ Universidade Estadual de Roraima



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

issue collected from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the João Pinheiro Foundation (FJP). The discussion held and the data analyzed highlighted the particularity of the housing issue in the Northern Region, expressed in the high rates of housing deficit, housing precariousness, lack of access to basic sanitation, etc., constituting enormous challenges for Social Service.

Keywords: Housing. Social Service. Amazon.

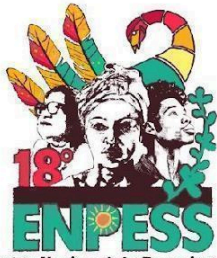
1. INTRODUÇÃO

A questão da habitação se apresenta no modo de produção capitalista enquanto uma das refrações da chamada questão social (Engels, 2015), se acentuando a partir do surgimento e consolidação do capitalismo. Conforme Engels (2010), a partir do capitalismo se estabelece uma nova dinâmica marcada pela industrialização e urbanização desenfreada das cidades, consolidação da propriedade privada e pela mercantilização dos bens e serviços, o que inclui a habitação.

Na realidade brasileira, Santana (2018, p. 93) assiná-la que “o problema da habitação é uma das mais graves expressões da questão social no Brasil”, tendo em vista, o histórico brasileiro de autoconstruções de moradia sem orientações técnicas em locais precários e inadequados, com ausência de serviços de infraestrutura e insegurança fundiária. Segundo a autora essa produção habitacional no país “expressa a desigualdade social e econômica existente no Brasil, onde a grande maioria dos trabalhadores têm dificuldade de acessar a casa pelo alto preço da oferta privada e pela insuficiente oferta pública de moradias.” (p.93).

Na Região Norte do Brasil, a questão da habitação apresenta particularidades em seu contorno, tendo em vista, o local que a região ocupa na divisão internacional do trabalho, assim como, que nesta região existem “formas de uso e ocupação do solo, tanto urbano como rural, que expressam os hábitos de moradia peculiares à região, geralmente, construções erigidas em locais próximos aos rios e florestas” e, ao mesmo tempo, essa questão (da habitação) é mediada a “padrões desiguais que caracterizam o processo de urbanização brasileira, pautados na lógica da produção de cidades no âmbito do modo capitalista de produção” (Sakatauskas; Santana, 2016, p. 158).

Sendo assim, o presente artigo objetiva debater a questão habitacional na Região Norte e dos desafios colocados aos profissionais do Serviço Social, que são demandados a intervir nesta



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

expressão da questão social. A elaboração deste artigo se ancora em autores clássicos e contemporâneos alinhados a tradição marxista, que discutem sobre a temática da questão da habitação, assim como, na análise de dados coletados em documentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação João Pinheiro (FJP), que apresentam os indicadores de moradia no Brasil, possibilitando a identificação da particularidade da questão da habitação na região Norte.

O artigo está estruturado em introdução, duas seções de desenvolvimento, sendo elas: 1) “A questão da habitação na Amazônia”, que traz uma abordagem teórica acerca do tema e 2) que se divide em dois itens que são “A particularidade da questão da habitação na Região Norte” e “A questão da habitação na Amazônia e os desafios para o Serviço Social”, a primeira que apresenta e analisa os dados acerca da questão da habitação na Região Norte e sua particularidade e a segunda que aborda os desafios aos profissionais do Serviço Social que têm como demanda a intervenção na questão habitacional na Amazônia. Por fim, as considerações finais e referências bibliográficas.

2. A QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA AMAZÔNIA

Na Região Amazônica, a questão da habitação é determinada por muitas mediações constituintes das relações sociais capitalistas. Na ordem burguesa, a mercadoria habitação é cada vez mais inacessível ao conjunto dos(as) trabalhadores(as), cuja força de trabalho é explorada em condições de aviltamento, baixos salários e alta desproteção social. O capitalismo, como demonstra Harvey (2005), se desenvolve buscando saídas (sem saídas) para o processo de crise estrutural, sendo o sistema comandado por decisões do mercado financeiro, com forte papel dos bancos centrais. Harvey (2016) demonstra que os bancos centrais são componentes essenciais na intervenção do Estado na economia capitalista mediante, dentre outros, a regulação das moedas a partir do padrão monetário do império capitalista, o padrão dólar. Lembra o autor, que nas discussões do consenso de Washington, em 1989, participaram principalmente os presidentes dos bancos centrais e esse encontro definiu a agenda da política econômica mundial. O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) participam ativamente da definição da agenda global do capitalismo e dialogam com a definição das taxas de juros definidas pelo Estado. Os bancos centrais são “instituições que, junto



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

com os departamentos de Tesouro, formam o nexu Estado-finanças que há tanto tempo funciona como o ‘sistema nervoso central’ da regulação e da promoção do capital” (Harvey, 2016, p. 54).

Assim, as relações capitalistas avançam em processo acelerado de destruição da vida humana e da natureza, com evidente papel do Estado capitalista nesse processo, o qual economiza gastos públicos para a reprodução social dos(as) trabalhadores(as), sendo que as políticas sociais e as políticas habitacionais, em particular, são capturadas pelos interesses privados. Harvey (2016) argumenta, que como toda mercadoria na ordem burguesa, a casa possui valor de uso e valor de troca, sendo o uso de uma casa mediado pelo dinheiro. Pergunta o autor: “(...) quanto valor de troca é necessário para produzir os usos da casa (...)” (p. 28) e responde que embora haja algumas variações em tempos e lugares diferentes, “em grande parte do mundo capitalista avançado, a moradia é construída especulativamente, como uma mercadoria que será vendida no mercado para qualquer pessoa que precise e possa pagar por ela.” (p. 29). Segue argumentando que:

O valor de troca é determinado pelos custos básicos de produção da casa (trabalho e matéria-prima), mas nesse caso são agregados dois outros valores: a margem de lucro do construtor que disponibiliza o capital Inicial necessário e paga os juros de qualquer empréstimo envolvido; e o custo de aquisição, aluguel ou arrendamento da terra. O valor de troca é estabelecido pelos custos reais de produção mais lucro, juros sobre empréstimos e aluguel capitalizado (preço da terra). O objetivo do produtor é obter valor de troca, não valor de uso a criação de valor de uso. A criação do valor de uso para outras pessoas é um meio de atingir esse fim. No entanto, a qualidade especulativa da atividade significa que o que importa é o valor de troca *potencial*. Na verdade, o construtor pode tanto ganhar como perder dinheiro. É claro que ele tenta orquestrar as coisas, em particular a compra das habitações, para garantir que isso não aconteça. Mas há sempre um risco. **O valor de troca assume o comando da provisão habitacional** (Harvey, 2016, p. 29, grifos nossos)

A Amazônia sofre os impactos de sua inserção mundial na economia capitalista dado que tem ocupado, na divisão internacional do trabalho, um lugar de saque de recursos naturais (Leal, 2010), alta exploração da força de trabalho aliada a um avançado processo de destruição ambiental e, ao mesmo tempo, possui uma particularidade regional e urbana. O processo histórico de ocupação capitalista na Região, como apoio irrestrito do Estado, priorizou a extração dos abundantes recursos naturais, necessários à produção de mercadorias, destruindo os modos de vida dos habitantes da Amazônia e produzindo o modo de vida urbano, que é a base do processo de acumulação capitalista¹. Os(as) trabalhadores(as) na Amazônia (povos da floresta, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e urbanos) vivem em uma Região urbanizada de

¹Segundo Nascimento (2012, p. 174) “os processos de intervenção econômica sobre a região remontam ao período colonial e a sua abundância em recursos naturais condicionou, desde cedo, a sua sina colonial”.

forma complexa e diversa distribuídas em grandes, médias e pequenas cidades, ilhas, vilas, aldeias e águas.

A Região Norte, em particular, é composta por sete estados: Acre (AC), Amapá (AP), Amazonas (AM), Pará (PA), Rondônia (RO), Roraima (RR) e Tocantins (TO), com população de 17.354.884 (dezessete milhões, trezentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e oitenta e quatro) pessoas (IBGE, 2022). Com base em dados do IBGE (2021), essa região é marcada por baixos rendimentos, a exemplo do rendimento médio domiciliar per capita, que em 2020 alcançou o menor do Brasil; trabalho informal, o que redundava em baixa proteção trabalhista, pois “Em 2020, a proporção de trabalhadores em ocupações informais alcançou 59,1% na Região Norte” (p. 30); sendo que as maiores taxa de informalidade dos contratos de locação residencial no período 2017-2018, foram encontrados na Região Norte (66,8%) (IBGE, 2021).

Aliado às condições de trabalho com baixa remuneração, os(as) trabalhadores(as) da Região Norte recebem baixa oferta de serviços públicos (educação, saúde, transporte, dentre outros), podendo-se inferir que o menor recebimento de proteção social se vincula à predominância do setor de serviços, pequenos comércios etc. e menor inserção da força de trabalho em atividades industriais. Considerando que o Estado tem priorizado a produção da infraestrutura física e social para o desenvolvimento da economia capitalista (Harvey, 2005; Lojkine, 1997; Santos; Silveira, 2003), a Região Norte expressa a desigualdade e a seletividade da produção do espaço, dado que as pequenas cidades, vilas, ilhas exercem menor atratividade aos interesses capitalistas (Santana, 2012).

No setor habitacional, o setor imobiliário e da construção civil têm menor interesse em produzir unidades habitacionais na Região Norte, sobretudo em pequenas cidades, dada a baixa solvência, por exemplo, dos trabalhadores de baixos salários no pagamento das mensalidades ao mercado privado da habitação. Por sua vez, autores como Costa e Santana (2017); Holanda e Santana (2012); Lima, Silva, Santana e Holanda (2017); Medeiros e Santana (2018); Medeiros e Santana (2021); Ribeiro (2014); Sakatauskas, Santana e Leitão (2018); Santana e Ferreira (2021); Santana e Holanda (2016); Santana, Holanda e Moura (2012); Silva, Santana, Melo e Soares (2021) têm demonstrado que na Região, há uma precariedade habitacional (presença de assentamentos precários); inadequação habitacional por carência de infraestrutura, especialmente a ausência de saneamento básico e a presença de casas sem banheiro ou banheiro inadequado. Além disso, esses(as) autores(as) têm evidenciado que em termos de produção habitacional



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

pública, as poucas ofertas estatais, como o Programa Minha Casa Minha Vida², além de seguirem o padrão nacional de produção de casas, sem a produção de cidades (construção de unidades habitacionais distantes dos serviços urbanos), tem se caracterizado, dada a alta dispersão geográfica, pela produção de casas “no meio do nada”, além dessas políticas habitacionais desconsiderarem as demandas regionais da produção de casas, baseadas na tipologia de madeira, que é típica das habitações ribeirinhas e trabalhadores rurais e as demandas de cozinhas grandes e áreas externas para a realização dos trabalhos familiares que, muitas vezes, garantem o sustento das famílias (extrativismo, agricultura familiar, pequenos comércios etc.).

Assim, na Amazônia, a questão da habitação é mediada pelos interesses privados da habitação; do desinteresse do Estado em produzir habitação para os(as) trabalhadores(as) com menor renda; da produção estatal (quando realizada) com desconsideração às particularidades do modo de morar com características regionais; precariedade habitacional e inadequação habitacional, o que demonstra que a habitação na Amazônia, como em qualquer região do mundo somente será resolvida, conforme assinala Engels (2015) em uma sociedade humanamente livre, além do capital.

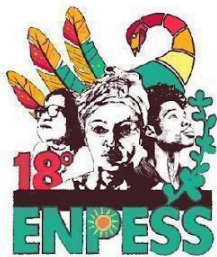
3. A PARTICULARIDADE DA QUESTÃO DA HABITAÇÃO NA REGIÃO NORTE

Dados divulgados por instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Fundação João Pinheiro (FJP) permitem ilustrar a particularidade da questão da habitação na região Norte do país. Os dados evidenciam que, com relação aos indicadores sobre moradia, saneamento e renda, a região Norte, geralmente, ocupa as posições mais alarmantes.

Importante registrar que as desigualdades socioeconômicas presentes na região Norte do país, dentre elas, aquelas atinentes ao não acesso à moradia adequada, saneamento básico e renda, são tendências do lugar – subordinado e dependente – que ocupa o país e, em especial, a região Norte no modo de produção capitalista. Diante disso, a particularidade regional e, nela, as desigualdades socioeconômicas não podem ser analisadas sem a compreensão das leis de acumulação do capital.³ É neste contexto que a mercadoria habitação adequada aparece como

² Cardoso e Aragão (2013) apresentam reflexões importantes sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, em termos nacionais.

³ De acordo com Santana (2012) “A desigualdade no acesso aos ganhos tecnológicos inerentes ao atual sistema de cidades no Brasil [...] é reforçada pela intervenção do Estado, cujos gastos entre as políticas de infraestrutura física (necessárias ao processo produtivo capitalista, a exemplo do PAC) e as políticas sociais (a exemplo do Bolsa Família) são enormemente desiguais e seletivos (p. 92).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma das mais caras, impossibilitando a maior parte da população de acessá-la, em especial, na região Norte. Soma-se a isto as desigualdades de renda, haja vista que ao visualizarmos o percentual da população de cada região com algum tipo de rendimento, constata-se que o pior índice está na região Norte (57,8%), seguida da região Nordeste (60,8%).⁴ No âmbito dos estados da federação, os estados com a menor taxa são Acre, com 51,5%, Amazonas, com 53%, e Roraima, com 54,8%.

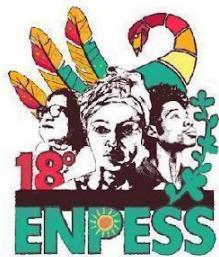
Seguindo a tendência dos dados anteriormente apresentados, os dados que tratam das características da moradia na região Norte são preocupantes. De acordo com dados do IBGE que tratam da avaliação das moradias por seus próprios moradores, as maiores proporções de avaliação negativa das condições de moradia estão na Região Norte (11,1%), seguida da Região Nordeste (9,0%), sendo que entre os estados a proporção mais elevada foi registrada no Pará (12,7%). Além disso, o índice de pessoas que avaliaram como ruim a moradia é maior entre pessoas pretas e pardas (9,5%) do que entre brancas (5,3%).

De acordo com a Fundação João Pinheiro (FJP), com base em dados divulgados em 2022, o maior índice de habitações precárias está na região Norte. Para a Fundação, habitações precárias consistem em domicílios rústicos, cujo material predominante nas paredes externas é diferente de alvenaria, taipa com revestimento e madeira aparelhada, e os domicílios classificados como improvisados pelo CadÚnico. Neste sentido, cerca de 42,8% das habitações da região Norte podem ser caracterizadas como precárias (FJP, 2022). Na região Norte, concentra-se o maior índice de habitações precárias em que os proprietários se autodeclararam como pretos ou pardos (86%). O déficit habitacional, em 2022, segundo a FJP estava em cerca de 331 mil na região Norte.

Outro dado que ajuda a visualizar a dimensão da questão da habitação na região Norte é o que apresenta o número de domicílios com ausência de saneamento. Dados divulgados em 2019 pelo IBGE já apontavam que os piores índices estavam na Região Norte quanto à ausência de ausência de coleta direta ou indireta de lixo (21,3%), ausência de abastecimento de água por rede geral (41,8%) e ausência de esgotamento sanitário por rede coletora ou pluvial (79,3%), conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 – Proporção da população residindo em domicílios com ausência de serviços de saneamento, por Grandes Regiões, segundo o tipo de serviço - 2018

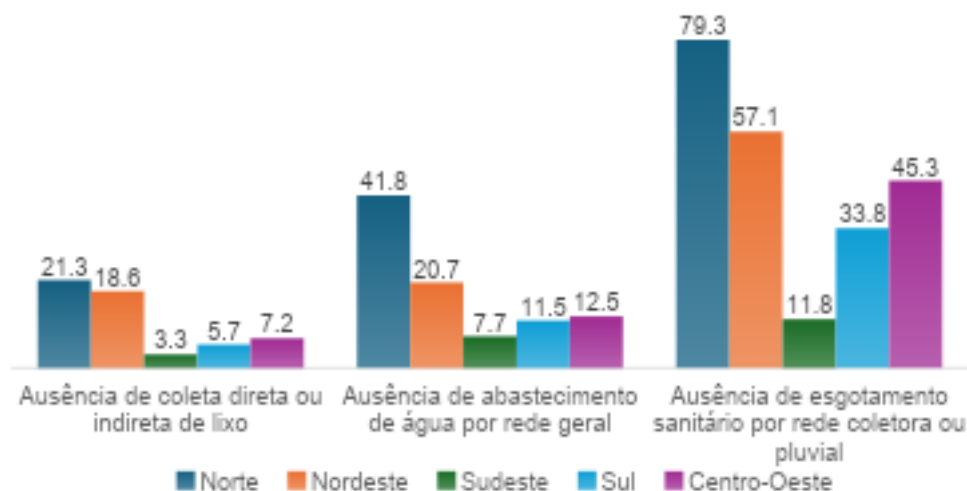
⁴ As outras regiões apresentam os seguintes índices: Sul (68,8%), Sudest (67,6%) e Centro-Oeste (65,6%).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

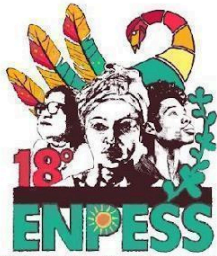


Fonte: Elaborado pelos(as) autores(as), com base em IBGE, 2021.

Ainda de acordo com o IBGE, a proporção da população residindo em domicílios sem banheiro de uso exclusivo, em 2018, alcançou um índice de 10,5% na Região Norte, seguida da Região Nordeste, com 6,2%, e um mínimo de 0,1% na Região Centro-Oeste. Por sua vez, a proporção da população residindo em domicílios com paredes de material não durável atingiu um máximo de 2,7% na Região Norte e um mínimo de 0,2% na Região Sudeste. Além disso, a proporção da população residindo em domicílios com adensamento excessivo atingiu 13,1% na Região Norte.

Um dado que chama atenção é que tanto em relação às inadequações habitacionais como em relação à ausência de saneamento, as piores proporções são registradas entre pretos, e são mais frequentes entre pessoas com menores níveis de instrução e entre as pessoas em posições informais na ocupação, de acordo com o IBGE (2021).

Em texto publicado por Santana (2012), é possível observar que estes dados ganham contornos ainda mais problemáticos se nos voltarmos para as pequenas e médias cidades presentes na Amazônia. Em pesquisa realizada conjuntamente pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e a Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA), em 2010, foi possível traçar um diagnóstico em 22 municípios paraenses, o que possibilitou um aprofundamento da leitura da realidade com relação a questão da habitação no estado do Pará. O estudo ratifica que o nível de investimento do Estado vai depender do nível de inserção do local na lógica do capital e da possibilidade oferecer ganhos à acumulação capitalista. E, naqueles locais com pouca



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

atratividade para o capital, a carência de diversas ordens vão aparecer de forma ainda mais nítida. Embora os dados ora apresentados não detalhem os dados por municípios da região Norte e nem do Pará, é possível afirmar que passados 12 anos da publicação do texto de Santana (2012), a região Norte continua à margem da intervenção do poder público, com índices preocupantes relativos à precariedade habitacional, saneamento e renda.

3.1 **A questão da habitação na Região Norte e os desafios para o Serviço Social**

A realidade do cenário atual global tensiona cada vez mais os desafios para o Serviço Social na questão da habitação, frente à crise estrutural do capital. A conjuntura para a questão da habitação apresentada nos itens acima, demonstra a brutal capacidade do capitalismo em tornar tudo mercadoria, conforme demonstra Lowy (2024): “ilustra a total irracionalidade de um sistema econômico baseado na mercantilização de tudo, na especulação desenfreada, no totalitarismo dos mercados financeiros e na globalização neoliberal” (p. 27).

Nesse contexto, o(a) Assistente Social é um dos profissionais requisitados a intervir nas expressões da questão social, a exemplo da questão da habitação. E, desse modo, segundo Santana (2020), os(as) Assistentes Sociais enfrentam importantes dilemas, e isto se deve, de um lado, à sua condição precária como trabalhador assalariado, aliado ao sucateamento das políticas sociais, dentre elas a de habitação (principalmente no governo de Jair Bolsonaro), e de outro, ao projeto profissional historicamente construído, denominado Projeto Ético-Político, cuja direção vincula-se aos interesses da classe trabalhadora e a emancipação humana.

No campo das políticas habitacionais, os(as) Assistentes Sociais têm sido requisitados para trabalharem em equipes de Trabalho Social. Os estudos e pesquisas desenvolvidos acerca do Trabalho Social em habitação demonstram que, historicamente, o Serviço Social foi demandado a intervir – pela mediação do Estado - perante as demandas de remoções dos(as) moradores(as), produção habitacional (Programa Minha Casa Minha Vida/PMCMV ou outros programas de esfera municipal), assistência técnica habitacional e regularização fundiária urbana. De acordo com Santana (2020) as demandas ao trabalho do(a) assistente social expressam as determinações da questão urbana e as contradições sociais, inerentes à sociedade burguesa.

Desse modo, os desafios impostos ao Serviço Social através da questão da habitação são inúmeros, entre eles, estão a luta por melhores condições de trabalho e moradia para a classe trabalhadora numa conjuntura neoliberal e de mercantilização de tudo, pois:

Viver nas cidades é mais do que ter um trabalho e renda; pressupõe a satisfação de necessidades de serviços básicos, mobilidade, acessibilidade, moradia, convivência e sociabilidade, que só podem ser enfrentadas com políticas públicas e participação social. No entanto, o neoliberalismo concebe as cidades como espaço do capital, de financeirização da terra, da moradia, dos serviços de infraestrutura. Para o capital, a moradia é mercadoria, um negócio do setor da construção civil e imobiliário, um bem de consumo, e não um direito social (Santana; Paz; Pantoja, 2024, p. 190)

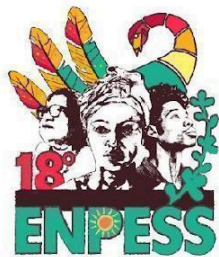
A Amazônia tem ficado no topo das notícias mundiais, logo após a confirmação da cidade de Belém, capital do estado do Pará, como Sede da 30ª Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre Mudanças Climáticas (COP30), que acontecerá em novembro de 2025. O Brasil vivenciou nas últimas décadas vários projetos urbanísticos e de embelezamento das cidades para eventos mundiais, como foi o caso da Copa do Mundo em 2014 e as Olimpíadas no Rio de Janeiro de 2016, e os resultados catastróficos podem ser observados até hoje⁵.

O mesmo vem acontecendo em Belém, pois em 2024, o Governo Federal e o Governo do Estado têm produzido obras públicas de embelezamento da cidade e impulsionando a produção hoteleira e de moradias. Segundo informações da Revista Exame (Martins, 2024), o custo total das obras de infraestrutura que serão realizadas pela administração estadual na cidade de Belém será de R\$ 5 bilhões de reais. Além disso, de acordo com Peduzzi (2004), o orçamento está previsto para modernizar a infraestrutura viária de Belém e a implantação do Parque Linear Doca. Estão previstas também, ações na área de saneamento, como a execução de 50 quilômetros de rede coletora de esgoto, 4,8 mil ligações de tubulações, pavimentação de vias de acesso ao local da COP 30, implantação de vias marginais e a instalação de equipamentos de controle de tráfego.

Segundo dados do G1 Pará (2023), o governo do Pará e a plataforma de hospedagem Airbnb oficializaram uma parceria para ampliar o número de leitos para a conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30), em Belém. Um dos objetivos da parceria diz respeito ao incentivo para que paraenses disponibilizem suas residências na plataforma para que, assim, possam ter uma “renda extra”. Diante disso, surge a seguinte questão: As moradias de qual classe serão inseridas nessa plataforma e que classe estará ganhando esta “renda extra”?⁶ O estado do

⁵ “Muitas populações são deslocadas em razão de grandes projetos de infraestrutura ou da exploração econômica, como a expansão das áreas de mineração e o agronegócio. De acordo com estimativa de um ex-consultor do Banco Mundial, esses projetos afetaram 15 milhões de pessoas anualmente ao longo da década de 2000. Intervenções urbanísticas visando adaptar as cidades para sediar megaeventos têm sido fontes adicionais de insegurança e de remoções forçadas. Conflitos e desastres naturais, inclusive os que são exacerbados por processos de mudanças climáticas em curso, também são causas de deslocamentos e podem minar a segurança da posse”. (Rolnik, 2015, p. 149/150)

⁶ Ribeiro e Diniz (2024) ao estudarem sobre a especulação imobiliária e a digitalização do espaço urbano através dos aplicativos de hospedagem, os autores comentam sobre uma das consequências desse modelo de negócios incidem na elevação dos preços dos aluguéis e uma tendência a monopolização do setor.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Pará, no ano de 2021, tinha cerca de 354.296 mil domicílios em déficit habitacional, e estavam relacionados a dois indicadores: coabitação e habitação precária, que colocaram a unidade federativa entre as cinco do Brasil com maior percentual nestes dois componentes, 38,8% e 45,1%, respectivamente (IBGE, 2021).

No caso do estado do Amazonas, o estado ocupa o terceiro lugar no ranking entre os estados com maior do déficit habitacional, com 14,5%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), desta porcentagem moram ou em uma casa precária, ou com várias pessoas em um espaço pequeno, ou ainda gastam quase 40% do salário para pagar um aluguel. O estado fica atrás apenas do Amapá (18%) e Roraima (17,2%), também da Região Norte.

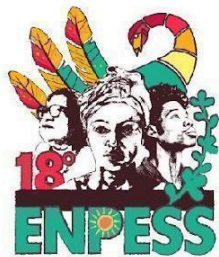
Em um estudo sobre a questão da habitação e a questão social no estado do Pará, Santana, Cruz e Ribeiro (2020), com base em dados relativos ao déficit habitacional nas Regiões de Integração do estado do Pará, asseveram que: “[...] onde o capital se insere a partir das atividades produtivas e onde se concentra a urbanização na região, é também onde as necessidades habitacionais se apresentam em maior grau na população de menor renda” (p. 82). Ao encontro desta afirmação, podemos citar dois municípios paraenses que estão no ranking dos que mais exportaram no Brasil em 2022, sendo eles, Parauapebas (2,1%) e Canaã dos Carajás (1,73%), localizados no Sudeste Paraense (Governo Federal, 2022). A atividade mineradora é a principal responsável por esse ranking dos referidos municípios, entre eles o ferro, cobre e manganês.

Nestas condições, o Serviço Social brasileiro reafirma cotidianamente o seu compromisso com a classe trabalhadora e a luta por melhores condições de vida, visto que:

Urge, pois, uma análise coletiva e radical da sociedade urbana e rural brasileira, das diversidades e antagonismos que marcam a formação sócio-histórica no Brasil e mostram que a apropriação do espaço urbano e o acesso à terra têm sido determinantes na permanência de uma herança colonial de uma sociedade racista, machista e heteropatriarcal (CFESS Manifesta, 2022, s/p).

Portanto, os desafios impostos a questão da habitação para o Serviço Social, à luz do CFESS Manifesta “Assistentes Sociais defendem o direito a cidade”, são:

- A constante luta pelo direcionamento marxista na profissão, reafirmado no projeto societário socialista;



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

- A garantia da participação social efetiva dos(as) moradores(as) em projetos urbanísticos e habitacionais, tendo em vista suas reais necessidades e urgências;
- As lutas dos movimentos sociais pelo direito à terra, pela moradia digna, pelos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, do movimento LGBTQIA+, dos(as) pretos(as), agricultores(as), da população em situação de rua e catadores(as) de materiais reciclados, para acesso às políticas sociais e ao direito de usufruto e permanência nos seus territórios;
- A garantia de alternativas radicais e anticapitalistas para o processo de mudanças climáticas;
- A ampliação e consolidação dos direitos dos povos indígenas e de outras comunidades tradicionais, tendo em vista o aparato legal que os rege;
- Ao direito à diversidade humana e suas demandas particulares no acesso à cidade;
- A efetiva mobilização e participação popular na elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores das Cidades, conforme determina o Estatuto das Cidades;
- A efetiva mobilização e participação popular na elaboração e/ou revisão dos Planos Diretores das Cidades, conforme determina o Estatuto das Cidades;

Em vista disso, apesar do trabalho do(a) Assistente Social na habitação ser uma atividade mediada pelo mercado, no qual os/as Assistentes Sociais participam do processo de produção e reprodução social na lógica dos interesses hegemônicos pelo capital financeiro (Raichelis, 2020), são objetos de disputa entre projetos que se confrontam, pois esses profissionais, muitas das vezes, se organizam, resistem e disputam com o objetivo de construir uma cidade mais justa e igualitária para todas as pessoas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Serviço Social no âmbito da questão da habitação na Amazônia requer a apreensão das determinações da sociabilidade capitalista. Neste sentido, a região é impactada pelas contradições próprias deste modelo de desenvolvimento, inserindo-se na divisão internacional do trabalho de forma dependente e subordinada. A formação socioeconômica desse território funda-se em processos de exploração e expropriação da natureza e da classe trabalhadora.

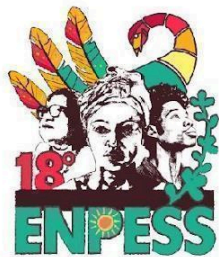
Conforme apontado anteriormente, apesar da diversidade e riqueza em recursos naturais, a região concentra os piores índices de déficit habitacional, saneamento e renda, expressando a face da barbárie no cotidiano de reprodução social das frações da classe trabalhadora.

Destaca-se a precarização das relações e condições de trabalho, somados ao processo de cortes de recursos para as políticas sociais, primordiais para o atendimento as necessidades humanas da população.

Com relação a garantia do direito humano à moradia, como demonstrado nas argumentações do artigo, o acesso é mediado pelo mercado e, por esse motivo, concorda-se com a afirmação de Engels (2015) de que a questão da moradia para a classe trabalhadora será resolvida com a superação do Modo de Produção Capitalista. Vivencia-se uma crise conjuntural e estrutural do capital que avança na destruição de modos de vida e da natureza, adensando as desigualdades sociais. No contexto de disputas de projetos societários, salienta-se o papel das lutas sociais na defesa do direito a moradia, processos que resultam em ganhos para a população, no campo dos direitos sociais.

Neste contexto, o Assistente Social é requisitado para trabalhar nos diferentes espaços sócio-ocupacionais, em particular nas políticas urbanas/habitacionais. Demandado para a construção de estratégias de intervenção junto a população beneficiária e/ou impactada por projetos urbanos e habitacionais. A inserção profissional ocorre para a construção de diagnósticos socio territoriais; elaboração de planos; avaliação; monitoramento; seleção dos indivíduos e/ou famílias que será beneficiada por determinado programa; e no desenvolvimento dos eixos do Trabalho Social. O Assistente Social insere-se no cotidiano da vida da classe trabalhadora, a qual não tem atendida suas necessidades humanas básicas, vivenciando uma realidade de ausências de serviços públicos e precarização das condições de vida.

O trabalho do Assistente Social é constituído pela dimensão teórico-metodológica, ético político e técnico-operativa, assim, as respostas as diferentes demandas são complexas e contraditórias, considerando os limites das políticas sociais para responder de forma efetiva as demandas da classe trabalhadora. Neste cenário, diante do avanço da ultradireita, do neoconservadorismo, tem-se desafios para a garantia da direção marxista que alicerça o Projeto Ético Político da profissão. Nesta perspectiva, a análise do trabalho profissional exige um rigor teórico que considere os elementos universais, particulares e singulares desse modo de sociabilidade, considerando as peculiaridades do desenvolvimento capitalista no Brasil e na região amazônica. Com esse movimento de apreensão da realidade, torna-se possível construir estratégias de trabalho fundamentadas nos valores que fundamentam o código de ética da profissão.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

5. REFERÊNCIAS

CARDOSO, A. L.; ARAGÃO, T. A. **Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da política habitacional no Brasil.** In: CARDOSO, A. L. (org.) O Programa Minha Casa Minha vida e seus efeitos territoriais. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013. p. 17-65.

COSTA, N. M. S. V.; SANTANA, J. V. **Produção habitacional em pequenas cidades paraenses: análise do Programa Minha Casa Minha Vida e Planos Locais de Habitação de Interesse Social.** Sociedade em Debate, Pelotas, v. 23, n. 2, p. 195-231, jul./dez. 2017.

CFESS Manifesta. **5ª Conferência Nacional das Cidades.** Disponível em: https://www.cfess.org.br/arquivos/2013cfessmanifesta_5confcidades-SITE.pdf Acesso em: 24 jul. 2024

CFESS Manifesta. **Conferência Popular pelo Direito à Cidade.** Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2022-DireitoACidade.pdf> Acesso em: 24 jul. 2024

GOVERNO FEDERAL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria Comércio e Serviços. **Panorama dos Municípios Brasileiros no Comércio Exterior.** 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas-projetos-acoes-obras-e-atividades/panorama-dos-municipios-brasileiros-no-comercio-exterior.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2024.

ENGELS. Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2010.

ENGELS. Friedrich. **Sobre a questão da moradia.** São Paulo: Boitempo, 2015.

G1 Pará. COP 30 no Brasil: Airbnb e Governo do Pará firmam parceria para garantir hospedagem durante evento em Belém. 21.11.2023. **G1 Pará.** Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2023/11/21/cop-30-no-brasil-airbnb-e-governo-do-para-firmam-parceria-para-garantir-hospedagem-durante-evento-em-belem.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2024.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo.** Tradução Rogério Bettoni. 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

HOLANDA, A. C. G. ; SANTANA, J. V. **Avanços e limites da Nova Política Nacional de Habitação: reflexões sobre a descentralização a partir do caso do estado do Pará.** In: SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (org.). A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2012. p. 183-198.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais Uma análise das condições de vida da população brasileira 2021.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101892.pdf>. Acesso em: 22 jul 2024.

IBGE, **Cidades e Estados do Brasil,** 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 24 fev. 2024.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LEAL, Aluísio Lins. **Uma sinopse histórica da Amazônia**. In: TRINDADE, José Raimundo; MARQUES, Gilberto. Revista de Estudos Paraenses. Belém: IDESP, 2010.

LIMA, A. T. O.; SILVA, W. M. S.; SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G. **Programas habitacionais federais no Pará: desigualdades e contradições na política de habitação**. Cadernos CEPEC, Belém, v. 6, n. 8, p. 4-28, ago. 2017.

LOJKINE, Jean. **O Estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LOWY, M. Capitalismo e crise ecológica: a mudança climática, catástrofe sem precedente na história humana. In: SANTANA, R.S., SILVA, M. G. E., LUSTOSA, M. G. O. P. **CRISE SOCIO-AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL**. Ed. Cortez. 1º ed. São Paulo, 2024.

MARTINS, A. Com R\$ 5 bi em obras para COP 30, Pará promete entregas nos primeiros meses de 2025. 11.05.2024. **Exame**. Disponível em: <https://exame.com/brasil/com-r-5-bi-em-obras-para-cop-30-para-promete-primeiras-entregas-nos-primeiros-meses-de-2025/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

MEDEIROS, M. M.; SANTANA, J. V. **A produção habitacional em pequenos municípios da Amazônia**. Revista Libertas, Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 1-26, jan./jul. 2018.

MEDEIROS, M. M.; SANTANA, J. V. **Insuficiência habitacional y Programa “Minha Casa Minha Vida” en pequeñas ciudades de la Amazonía Paraense-Brasil**. Revista de Trabajo Social, Santiago del Chile, núm. 94, p. 18-35, 2021.

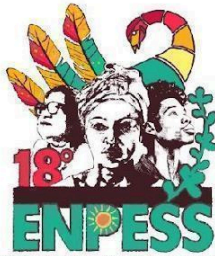
NASCIMENTO, Nádya Socorro Fialho. **A Questão Agrária, Urbana e Ambiental na Amazônia Brasileira: notas para o debate**. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 171-189, jul./dez. 2012.

PEDUZZI, P. Belém receberá mais de R\$ 1,3 bilhão em investimentos para a COP 30. **-Agência Brasil**. 06.05.2024 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/belem-recebera-mais-de-r-13-bilhao-em-investimentos-para-cop-30>. Acesso em: 24 jul. 2024.

RIBEIRO, R. **A política urbana de habitação de interesse social e a dimensão urbana em municípios da Amazônia/Pará**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1º ed. Ed. Boitempo. São Paulo. 2015.

RAICHELIS, R. O trabalho no ‘fio da navalha’: novas morfologias, antigas requisições atualizadas ao trabalho social em habitação. In: PAZ, Rosângela Dias Oliveira da; DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi (org.). **Serviço social e trabalho social em habitação: requisições conservadoras, resistências e proposições**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

RIBEIRO, L. C. Q.; DINIZ, N.; **Especulação imobiliária e digitalização: o impacto de plataformas como Airbnb no espaço urbano.** 2024. Disponível em: https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/especulacao-imobiliaria-e-digitalizacao-o-impacto-d-e-plataformas-como-airbnb-no-espaco-urbano/?utm_source=Boletim&utm_medium=E-mail&utm_campaign=844&utm_content=Especula%C3%A7%C3%A3o+imobili%C3%A1ria+e+digitaliza%C3%A7%C3%A3o+o+impacto+de+plataformas+como+AirBnb+no+espa%C3%A7o+urbano. Acesso em: 25 jul 2024.

SAKATAUSKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V. Peculiaridades sobre a dimensão urbana de pequenas cidades no contexto amazônico. **Serviço Social em revista**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 151–170, 2016.

SAKATAUSKAS, G. L. B.; SANTANA, J. V.; LEITÃO, K. O. Precariedade habitacional em pequenos municípios paraenses. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 42, p. 23-44, set./dez. 2018.

SANTANA, J. V. **Pequenas cidades na Amazônia:** desigualdade e seletividade no investimento da infraestrutura habitacional. In: SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2012. p. 77-96.

SANTANA, Joana Valente. **Habitação.** BRASIL EM NÚMEROS (IBGE), v. 26, p. 93-108, 2018.

SANTANA, Joana Valente. Habitação e direito à cidade: o trabalho do assistente social em tempos regressivos. In: STAMPA, Inez *et al.* (org.). **Trabalho, regressão de direitos e Serviço Social.** 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

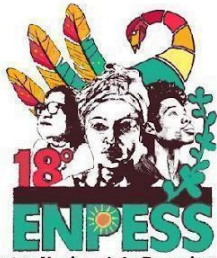
SANTANA, J. V.; FERREIRA, B. J. P. Crise do capital e impacto da covid-19 na vida dos trabalhadores: desigualdades socioterritoriais na periferia e em regiões do Brasil. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XXIV, nº 49, p. 123-148, jan./abr. 2021.

SANTANA, J.V.; CRUZ, S. H.R.; RIBEIRO, R. Questão da habitação e “questão social”: reflexões sobre a situação habitacional e lutas pela moradia no estado do Pará. IN: CARVALHO. D. B.; STAMPA, I.; SANTANA, J.V.; SILVA, M. L. O. **Pesquisa em Serviço Social e temas contemporâneos.** 1º Ed. Cortez Editora. São Paulo. 2020.

SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G. **Reflexões acerca da carência habitacional no Pará:** dados comparativos entre os anos 2000 e 2010. In: GOMES, V. L. B.; VIEIRA, A. C. S.; NASCIMENTO, M. A. C. (org.). **O avesso dos direitos: Amazônia e Nordeste em questão II.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2016. p. 273-309.

SANTANA, J. V; PAZ, R. O.; PANTOJA, J. H. C. Trabalho social na política habitacional em capitais brasileiras: aproximações e agenda de pesquisa. In: SANTANA, R.S., SILVA, M. G. E., LUSTOSA, M. G. O. P. **CRISE SOCIO-AMBIENTAL E SERVIÇO SOCIAL.** Ed. Cortez. 1º ed. São Paulo, 2024.

SANTANA, J. V.; HOLANDA, A. C. G.; MOURA, A. S. F. (org.). **A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia.** Belém: EDUFPA, 2012.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003

SILVA, W. M. S.; SANTANA, J. V.; MELO, K. M. S.; SOARES, P. P. M. A. Programa Nacional de Habitação Rural e condições de moradia em pequenas cidades na Amazônia paraense. **Revista de Política Públicas da UFMA**, São Luís, v. 25, n. 1, p. 480-499, jul. 2021.